

PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO BRASIL: problemas e alternativas – uma leitura

SMALL FAMILY PRODUCTION IN BRAZIL: problems and alternatives - a reading

PEQUEÑA PRODUCCIÓN FAMILIAR EN BRASIL: problemas y alternativas - una lectura

Ronan Eustáquio Borges

Prof. Adjunto – IESA-UFG
Campus Samambaia (campus II) – Itatiaia
Goiânia- GO- CEP: 74001-970–Cx. postal 131
ronanborgesbr@gmail.com

Resumo

O presente texto tem como objetivo central apresentar uma breve reflexão sobre a pequena produção familiar, caracterizando-a e enfocando problemas e alternativas para mudar o quadro atual desse setor extremamente importante para: a redução das desigualdades sociais; a alimentação da população mais pobre e a segurança e soberania alimentar. A metodologia utilizada baseia-se na leitura de diversas teorias de autores com diferentes formações que publicaram na década de 90, tais como: Tedesco (1999), Miorin, Brose (1999), documentos do DESER – Departamento sindical de estudos rurais, Abramovay (2000), Alentejano (1999) e Wanderley (1999). Após análises e reflexões podemos afirmar que os principais problemas da pequena produção familiar podem ser agrupados em: aspectos relativos a terra (qualidade e concentração); à força de trabalho e aos recursos financeiros. Também, esclarecemos que as alternativas e perspectivas para o setor estão no êxito da reforma agrária para os pequenos proprietários, nas ações e políticas para gerar o desenvolvimento local a partir da pequena produção; na existência de políticas públicas específicas e no associativismo.

Palavras-Chave: Pequena produção familiar, obstáculos, desenvolvimento local e associativismo.

Abstract

This paper is mainly aimed to present a brief reflection on the small family production, characterizing it and focusing on issues and alternatives for changing the current situation for this sector extremely important: the reduction of social inequalities, the power of the poorest and security and food sovereignty. The methodology is based on theories of reading authors with different backgrounds who have published in the 1990s, such as Tedesco (1999), Miorin, Brose (1999), documents of DESER (Departamento sindical de estudos rurais) - Department of association of rural studies, Abramovay (2000), Alentejo (1999) and Wanderley (1999). After analysis and reflections can be said that the main problems of small family farming can be grouped into issues related to land (quality and concentration) to the workforce and financial resources. Also, we clarify that the alternatives and prospects for the sector are in the success of agrarian

reform for small landowners in the actions and policies to generate local development from the small production, the existence of specific policies and associations.

Keywords: Small family farming, obstacles, local development and associations.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo principal presentar una breve reflexión acerca de la pequeña producción familiar, que lo caracteriza y se centra en problemas y alternativas para cambiar el cuadro actual de este sector tan importante para: la reducción de las desigualdades sociales, la alimentación de la población más pobres y la seguridad y soberanía alimentaria. La metodología se basa en la lectura de teorías de autores con diferentes formaciones que publicaron en la década de 1990, tales como: Tedesco (1999), Miorin, Brose (1999), documentos del DESER - Departamento sindical de los estudios rurales, Abramovay (2000), Alentejano (1999) y Wanderley (1999). Después de análisis y reflexiones se puede decir que los principales problemas de la pequeña agricultura familiar pueden ser agrupados en: aspectos relacionados con la tierra (calidad y concentración), la fuerza de trabajo y a los recursos financieros. También, aclaramos que las alternativas y perspectivas para el sector están en el éxito de la reforma agraria para los pequeños propietarios, en las acciones y políticas para generar el desarrollo local a partir de la pequeña producción; en la existencia de políticas públicas específicas y en lo asociativismo.

Palabras-clave: Pequeña producción familiar, obstáculos, desarrollo local y asociativismo.

Introdução

Diante de uma nova era de evolução tecnológica, da modernização da agricultura, de novos elementos econômicos, novas dinâmicas espaciais com fluxos rápidos de informação, produtos e capitais, que contribuem para modificar as atividades produtivas, especialmente na agricultura. Esta, por sua vez passa por um processo de modernização que inclui desde o uso de equipamentos e insumos até o "galopante" processo de inserção na lógica capitalista flexível.

Entretanto, essa nova lógica não atinge todos os setores da agricultura de forma homogênea. A modernização é inserida pela visão do grande capital, fazendo com que a pequena produção sofra um impacto negativo. Assim, pode-se perceber que a pequena produção, principalmente a familiar, está se alterando social e economicamente. Em muitos casos tem sido extinta ou reduzida a um papel pouco significativo.

Este setor enfrenta inúmeros problemas derivados de uma acelerada panacéia de transformações sem objetivos reais para as sociedades locais e voltados para interesses

de grandes grupos e países capitalistas. Estes problemas podem ser relacionados à questão da terra; às políticas desfavoráveis; à modernização imposta; à qualificação da mão-de-obra e ao empobrecimento cultural e econômico dos espaços.

Portanto, sendo a agricultura familiar um setor importante para a economia e para a sociedade brasileira, uma vez que é responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos no país, é necessário refletir sobre seus problemas e buscar alternativas para melhorar as condições de vida do pequeno produtor e garantir sua produção social e econômica. Ponderar e discutir os problemas enfrentados pela pequena produção familiar, especialmente dos produtores que estão excluídos do sistema, constitui o foco deste trabalho. Nesta perspectiva, levantamos algumas alternativas para repensar a exclusão, o empobrecimento e o distanciamento dos pequenos produtores do processo participativo.

As fontes teóricas que estruturam este trabalho discutem o tema da produção familiar e apontam alternativas para melhorar as condições de vida e produção do pequeno produtor. Os autores centrais escolhidos para esse estudo são: Tedesco (1999), Miorin, Brose (1999), documentos do DESER – Departamento sindical de estudos rurais, Abramovay (2000), Alentejano (1999) e Wanderley (1999). Os autores e pesquisadores citados, nos quais aportamos para apresentar a sistematização e a reflexão possuem formações diferentes e publicaram seus trabalhos na década de 1990. Portanto, é uma leitura contextualizada da problemática da pequena produção familiar, mas importante pois traz propostas para a melhoria e a reconfiguração da pequena produção mediante o atual quadro socioeconômico.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira apresentamos uma breve reflexão sobre a caracterização da pequena produção; na segunda abordamos os principais problemas enfrentados pela pequena produção familiar. E, para finalizar, são discutidas algumas alternativas para melhorar as condições de produção do pequeno produtor. Cabe salientar que as análises dos problemas e das alternativas foram centradas nos trabalhos dos autores supra-citados.

Pequena Produção familiar: alguns apontamentos teórico-metodológicos

As mudanças econômicas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas possibilitaram a formação de um mosaico de atividades com características familiares no campo. Este quadro diversificado remete a outra preocupação metodológica, como entender a agricultura familiar, suas definições, complexidades e perspectivas.

Todavia para uma análise coerente com a complexidade da realidade brasileira é fundamental observar alguns aspectos:

- a) A agricultura familiar não está engessada no tamanho da propriedade. É necessário relacioná-la com outros fatores, tais como: utilização, áreas disponíveis, potencial para a agricultura e conservação dos recursos naturais.
- b) Alguns autores apresentam como base da definição da produção familiar, o trabalho essencialmente familiar, porém estudos mostram que em muitas regiões do mundo e do Brasil esse tipo de agricultura usa e depende da força de trabalho externa ao vínculo familiar.
- c) A superação da "teoria da modernização" que é o conjunto de concepções que propõem um esquema teórico que defende a incorporação de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura. (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 1997)

Esta teoria vem sendo elaborada desde os anos 60 por vários autores, tendo como pressupostos comuns: a oposição entre agricultura tradicional e moderna. Sendo que a, primeira não está baseada no uso de equipamentos e insumos de origem industrial. E a outra utiliza técnicas que incorporam o uso de insumos e equipamentos de origem industrial.

Da mesma forma, esta teoria pode ser aplicada, segundo os autores, aos agricultores individualmente, sendo estes divididos em: agricultores conservadores, aqueles apegados às técnicas tradicionais, com grande aversão ao risco e pouco receptivos às inovações tecnológicas. Os outros agricultores são os dinâmicos caracterizados por serem receptivos às inovações e mais propensos a assumir riscos e aceitar mudanças no processo produtivo.

O segundo pressuposto é a incapacidade da agricultura tradicional de se desenvolver, devido às técnicas de utilização que esgotam o solo. Mesmo ocorrendo, neste caso, o emprego de mão-de-obra e injeção de capital não acontece o aumento da produção.

A única solução seria investir em equipamentos e insumos industriais, substituindo a agricultura tradicional pela moderna. Mas, existe um obstáculo a ser transposto, os aspectos culturais, políticos e institucionais que dificultam ou impedem que os agricultores possam ter acesso a esta "modernidade".

Para que esse processo tenha êxito é necessário que seja acompanhado de um trabalho de conscientização dos agricultores demonstrando a cada um, segundo suas especificidades, a superioridade das técnicas científicas sobre as tradicionais.

A superação desta teoria, segundo Silva Neto, Lima e Basso (1997) é a teoria dos sistemas agrários. Nesta teoria o desenvolvimento seria baseado no valor agregado do produto¹, em que o agricultor aumentaria a produção global por meio: do aumento da produção por pessoa; ou seja, do aumento da produtividade por pessoas empregadas e, conseqüentemente, a manutenção do emprego.

- d) Os problemas a serem enfrentados pela pequena produção familiar tais como: a terra (quantidade, qualidade, relevo, recursos hídricos, localização), disponibilidade de capital, políticas agrícolas "selvagens" e capacidade empresarial.
- e) As novas perspectivas para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar como: agroindústria familiar, agroecologia, cooperativismo, reforma agrária, valorização do capital social dos territórios, a partir do desenvolvimento local e da municipalização;
- f) a pequena produção familiar deve ser entendida como atividade que utiliza grande parte do trabalho de origem familiar; é materializada em pequenas propriedades, muitas vezes inferior ou pouco maior que o módulo rural, o que traz vários problemas. Essa é uma instituição que visa à reprodução socioeconômica do núcleo familiar; possui um mundo técnico-científico, social, produtivo e espacial próprio. Pode ser dividida em: ajustado ao mercado, mais ou menos ajustado ao mercado (modelo Gangorra) e fora do sistema (este não consegue sobreviver da produção agrícola, tornando-se marginalizado, devido a terra, ausência de capital e pouca escolaridade). Estes formam o bolsão de pobreza rural.

É pensando neste grupo dos excluídos e, em alguns instantes, nos "Gangorras" é que ousamos agrupar, provocar, refletir e pulverizar uma discussão sobre esta temática. Não cabe aqui exaurir o assunto, mas sim instigar para um debate e reflexão crítica,

buscando uma melhor compreensão da realidade da pequena produção familiar e com isso propor caminhos para sua reprodução social e econômica.

Problemas relacionados a Pequena produção familiar: apontamentos para reflexão e discussão

A pequena produção familiar vive uma situação complexa quanto aos problemas/desafios a serem superados. Dentre estes cabe salientar a questão da terra, mão-de-obra, ausência de capital, políticas agrícolas e capacidade empresarial, limitações à participação política e modernização desigual.

A questão da terra : o fator terra é um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar, pois é a partir da terra que obtém a produção e a reprodução socioeconômica. O solo/ terra é o alicerce que mantém e estrutura a agricultura familiar.

Concentração da terra – Em 2000, o país possuía cerca de 70% de suas terras produtivas nas mãos de poucos grandes proprietários e de 30% distribuídos entre vários médios e pequenos produtores. Com isso, a pequena propriedade/agricultura familiar fica reduzida a uma minúscula porção de terra, quase ou insuficiente para sua manutenção, quem dirá para sua reprodução social.

A base natural da pequena produção é a família, portanto a terra torna-se o elemento fundamental para a consolidação e a reprodução do grupo. A concentração fundiária condena a agricultura familiar ao fracasso e até mesmo à sua redução; extinção.

Qualidade da Terra – A qualidade da terra torna-se um problema para a pequena produção na medida em que o solo é pouco fértil, desgastado e susceptível a erosão, poucos recursos hídricos e não se tem uma preocupação ou são desconhecidas as práticas de conservação.

Geralmente, a agricultura familiar é desenvolvida em pequenas propriedades (o que já é um empecilho a sua reprodução) aliado a isto está um solo de má qualidade, fazendo com que a produção e a produtividade seja reduzida.

Quanto ao relevo acidentado que prejudica a pequena produção na medida em que impede ou dificulta o uso da propriedade em suas potencialidades e também

¹ Valor agregado é uma medida que procura distinguir a geração de bens e serviços da sua distribuição

intensifica o processo erosivo do solo. A solução para este problema natural está no uso de técnicas, que devem ser incentivadas pelo poder público, por meio de informação e assistência.

Mão-de-obra - Os problemas da pequena produção familiar relativos à mão-de-obra referem-se, segundo Tedesco (1999), à escassez, qualidade, humanização e aposentadoria.

A escassez de mão-de-obra na pequena produção familiar é causada pelo êxodo rural, como mostra o trabalho de Miorim (s/d)², pela constituição de novas famílias, por mudanças culturais e doenças dos agricultores. Assim, é preciso contratar uma força de trabalho externa para suprir as necessidades. Este fato gera custos a mais, com salários e encargos trabalhistas, o que inviabiliza a pequena produção.

A mecanização e o uso de insumos poderiam ser uma alternativa, porém a falta de recursos e incentivos financeiros juntamente com o tamanho das propriedades dificulta esse caminho.

Mas a conjuntura de leis trabalhistas e do desconhecimento fazem com que o agricultor seja arredo a tais práticas e opte por não contratar mão-de-obra. A mecanização agrícola seria uma saída importante, não fosse o seu alto custo de investimento e o fato de muitas propriedades não possuírem área suficiente para bem dimensionar as máquinas e equipamentos, necessitando do associativismo para viabilizar a sua aquisição. (TEDESCO, 1999, p. 82)

Em relação à qualidade da mão-de-obra verifica-se, segundo o mesmo autor (1999), que grande parte dos agricultores possui baixa escolaridade; apresentam resistências às novas técnicas, não participam de cursos de treinamento e são marginalizados pelas políticas públicas, tornando-os ainda mais desqualificados.

Outra dificuldade é a atividade de trabalho desumano praticada cotidianamente pelos pequenos agricultores, tais como: aragem e adubação do solo com equipamentos de tração animal, colheita e capina. Estas atividades fazem com que os trabalhadores realizem tarefas árduas, chegando em alguns casos a caminhar em uma safra cerca de 60 Km para plantar 5 ha. (TEDESCO, 1999)

entre os agentes.

² O trabalho foi realizado em uma região do Rio Grande do Sul, denominada "Boca do Monte".

Pensando nisso os agricultores utilizam instrumentos antieconômicos como contratação de empréstimos para a compra de equipamentos, máquinas e insumos, resultando na diminuição de seus lucros e colocando em risco sua propriedade.

Neste caso, existem algumas soluções possíveis: "o associativismo, a prestação de serviços para terceiros, o aumento da área de cultivo [...] e a contratação de serviços de terceiros" (TEDESCO, 1999, p. 85). Dependendo do preço da mão-de-obra, esta última solução pode tornar-se antieconômica.

Outro fato que tem interferido no trabalho da pequena produção familiar é o recebimento do benefício da previdência social pelos agricultores, trazendo dois resultados. O primeiro é, em alguns casos, a melhoria da qualidade de vida das famílias (mobilhamento da casa, compra de equipamentos e insumos) e a manutenção da propriedade. O segundo é negativo, fazendo com que os agricultores, recebendo uma renda fixa mensal (muitas vezes superior a renda que obtinha trabalhando a terra), deixem de trabalhar a terra ou reduzam sua produção? Uma perspectiva para este problema é a conscientização do produtor, visando com isto à continuação da pequena produção de alimentos para a sociedade.

E o Capital, onde está? A escassez de capital provoca grandes problemas para a pequena produção familiar, pois esta não tem capacidade de se reproduzir com capital próprio, são necessários investimentos do poder público adequados à classe.

É neste ponto que aparece o agravamento das dificuldades, uma vez que, o Estado pouco investe na atividade do pequeno produtor, quer seja não garantindo preço mínimo, quer não tendo financiamento próprio para este setor.

Somando-se a isto, está a contínua descapitalização da pequena produção familiar devido às políticas econômicas adotadas pelo Estado que beneficiam os grandes produtores, em detrimento dos pequenos.

A pequena produção familiar como reprodução sócio-econômica e espacial: Obstáculos, alternativas e soluções.

A pequena produção deve ser analisada como uma forma de reprodução sócio-econômica e espacial. Resgatando as palavras de Milton Santos (1994) o espaço é a materialização da sociedade e de sua vida. Viver é produzir espaço, portanto vivemos

para produzir espaço. Neste sentido, não é possível dissociar desta discussão o elemento espacial, pois a reprodução da pequena produção familiar é social, econômica e espacial.

Assim, as provocações (no sentido de instigar para a reflexão) que levantamos é que as alternativas ou soluções para a pequena produção familiar está, basicamente, em (re)estruturar o espaço e o uso deste.

Discutiremos, neste item, a reforma agrária; a criação e desenvolvimento do capital social do território; o novo papel do Estado, a partir da municipalização; a agroindústria familiar como forma de agregar valor ao produto e o associativismo.

Reforma agrária: a sustentação da pequena produção familiar e um caminho para a segurança e a soberania alimentar

O meio rural brasileiro passa por transformações de caráter social, destacando os conflitos pela posse da terra, e de caráter econômico, devido ao abastecimento interno de alimentos para a população (segurança alimentar) e geração de riquezas, distribuição de renda.

Vários autores e personagens políticos defendem que a forma de resolver esses problemas seria a reforma agrária. Contudo, esta é vista, simplesmente, como uma "redistribuição de terras improdutivas, dando acesso a quem nelas desejar produzir." (MIORIM, s/d).

Neste sentido, a reforma agrária seria realizada de três maneiras: pela abertura à colonização das reservas fundiárias não exploradas; pelo aumento do potencial cultivado; e pela redistribuição das terras, monopolizadas pelas grandes propriedades.

No Brasil até meados dos anos 80, com o processo de colonização que ocorreu em áreas de fronteiras, ocupando e anexando vazios, ampliando a fronteira agrícola e aumentando a produção para os complexos agroindustriais, predominou uma reforma agrária com a colonização de novas áreas, sem "bulir" nos interesses da elite rural brasileira.

Com a constituição de 1988 a reforma agrária e seus ideais sofreram sua segunda derrota³, ou seja, retrocesso ao Estatuto da Terra, pois este passou a depender de lei complementar e as terras produtivas tornaram-se intocáveis. Todavia, tiveram alguns avanços como o Rito Sumário e a Desapropriação para fins de Reforma Agrária, privilegiando as propriedades produtivas, a função social da propriedade e o usucapião.

Sob a égide desta constituição no período de 1990 a 1994, segundo Miorim (s/d), poucos assentamentos foram realizados, aumentou-se a violência no campo e conseqüentemente a desestabilização social. Os conflitos eram tratados caso a caso e a reforma agrária assumiu a função de um "bombeiro", ou seja, "apagar focos" de instabilidades.

Até esse momento a reforma agrária resolveu os conflitos pela posse da terra por meio da colonização e desapropriação das reservas fundiárias não exploradas. O Estado não assumiu a reforma agrária como os movimentos sociais reivindicavam e reivindicam.

No período de 1995 a 1999, surge uma nova visão para a reforma agrária. Esta seria um caminho para a expansão da agricultura familiar no território nacional, solucionando o problema de abastecimento e segurança alimentar do país. Além disso, reduziria o conflito agrário, uma vez que, a reforma agrária seria a solução econômica para amenizar o abastecimento de alimento para a população.

Neste sentido, cabe colocar que a reforma agrária, "*lato sensu*", é uma das alternativas para os problemas da pequena produção familiar, devido a dois fatores: Primeiro, provocaria o surgimento de política de financiamento e apoio a pequena produção familiar. Segundo, melhoraria as condições de distribuição e produção de renda deste setor.

Observando por um outro viés contribuiria para: a redução dos preços dos produtos para a população urbana; amenizar os problemas das grandes cidades; evitar conflitos pela posse da terra; minimizar as desigualdades sociais.

No entanto, para que isso ocorra, a reforma agrária deve ser feita não como um "apaga fogo", mas sim para reduzir os problemas sociais e aumentar a produção de

³ A primeira derrota está vinculada a mudança pela UDR (União Democrática Ruralista) do plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, produzido pelo INCRA com metas e caminhos para a reforma agrária. A UDR modificou o documento incorporando pontos como a relativização da figura do "Latifúndio Produtivo" e o conceito de propriedade privada inalienável e intocável.

alimentos para a população brasileira, evitando, no futuro, a importação de gêneros alimentícios.

Criação e desenvolvimento do capital social dos territórios como alternativa para a pequena produção familiar

Segundo Abramovay (2000), o desenvolvimento rural e local se dá a partir da criação do capital social dos territórios. O autor coloca que a criação de condições como cooperativas, educação, saúde e informação, aliadas a elementos físicos como instituições, escolas, hospitais, etc, fixados no espaço, levariam a montagem de redes que se potencializadas podem enriquecer o tecido social de uma localidade.

[...] Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem de redes, das convenções, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas - que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação [...] (ABRAMOVAY, 2000, p.2)

Assim, o capital social pode ser considerado como o conjunto de características da organização social, tais como: confiança, qualificações, culturas que contribuam para dinamizar a sociedade em busca de ações para valorizar o seu território.

O desenvolvimento do capital social é uma solução para os dilemas de ação coletiva, pois permite que os indivíduos se ajudem mutuamente para resolver seus problemas, reivindicar, criar melhorias para sua localidade e gerar renda. Então, o capital social é um “conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade”. (PUTMAN; COLEMAN apud ABRAMOVAY, 2000, p. 6)

No meio rural existem alguns obstáculos: falta de confiança dos agricultores na sua própria capacidade, dependência dos membros da Comissão com relação ao prefeito, entendimento por parte do prefeito de que a comissão é um adversário ao seu poder; falta de preparo dos técnicos; baixa participação da sociedade civil local, baixa informação de seus membros e participação exclusiva de homens.

Para Abramovay (2000) existe um caminho possível a ser seguido que é o "pacto territorial", que prevê cinco requisitos: mobilizar os atores em torno de uma "idéia guia"; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido; criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade.

O mesmo autor coloca que existem várias dificuldades para serem superadas em busca de um desenvolvimento do capital social dos territórios e propõe algumas sugestões para ultrapassar esses obstáculos, a saber: 1) a Mudança do ambiente educacional existente no meio rural. Segundo palavras de Abramovay (2001, p. 14): “[...] não se trata apenas de melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural.”

2) A criação projetos de desenvolvimento que extrapolem um único setor profissional, valorizando os atributos da região e formando uma rede que permita concorrência-incentivo-cooperação entre os atores.

3) Extrapolar o território do município, fomentar uma ação extramunicipal, valorizando as peculiaridades e as forças regionais. E da mesma forma possibilitar que os projetos sobrevivam gestão após gestão e não fiquem vinculados a elite política que está no poder, mas sim aos atores mais interessados, os pequenos produtores rurais.

4) Organizar iniciativas que materializam a existência de um capital social da dinâmica territorial: feiras de produtores rurais, seminários voltados a discutir e descobrir novos potenciais produtivos e outras iniciativas.

5) A criação de novos mercados para os produtos de origem regional como artesanatos, mantendo a tradição e preservando a pequena produção familiar.

A Participação das Universidades existentes no interior do país, contribuindo para estudos das dinâmicas organizativas locais, colaborando com entidades profissionais e de classe na formação de "incubadoras" de empresas, oferecimento de assessorias, balcões de projetos e extensão rural.

Nesta perspectiva, a criação do capital social nos/dos territórios torna-se uma solução para os problemas da pequena produção familiar, uma vez que minimizará dificuldades como: a qualificação profissional dos trabalhadores, a falta de capital, a

capacidade empresarial, as políticas desfavoráveis e possibilitará uma cooperação maior, o associativismo e aumento do valor agregado dos produtos.

Desenvolvimento Local e a pequena produção familiar

Para Brose (1999) o desenvolvimento agrícola é entendido como o aumento da produção e da produtividade agrícola, este representa um enfoque tradicional e positivista.

Já o desenvolvimento rural engloba vários fatores: econômicos, sociais, políticos e elementos não-agrícolas. Esta é uma visão sistêmica e global onde todos elementos estão inter-relacionados e dialeticamente integrados.

O desenvolvimento local surge do entendimento de que o meio rural engloba também as pequenas cidades que estão ligadas ao rural. Neste sentido, seria "[..]. um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para implantar mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida, tendo como base a participação da sociedade no processo." (BROSE, 1999, p. 50)

Segundo o autor existem vários enfoques do desenvolvimento local: o "enfoque tradicional" pautado no crescimento econômico a partir da atração de investimentos; o "das vantagens comparativas do empreendedorismo" que enfatiza a importância das vantagens comparativas locais e a criação de pequenas e micro empresas para gerar empregos; o da "eficiência urbana" onde os órgãos municipais deveriam elevar a atratividade urbana; o do "desenvolvimento humano" que defende o investimento em educação formal e habilidades profissionais para aumentar a qualificação profissional, atraindo investimentos; o "baseado na comunidade" que destaca a importância de trabalhar com comunidades de baixa renda e suas organizações comunitárias, visando fortalecer organizações não-concentradoras de renda, como empresas de participação comunitária, cooperativas de créditos; o "progressivo" tenta interligar o crescimento econômico com elementos desconcentradores de renda.

No entanto, para que o desenvolvimento local ocorra, basicamente no meio rural, é necessário que haja a participação de ONG's, de assistência técnica estatal e o fortalecimento da cidadania, pois não se cria desenvolvimento por decreto. Deve ser

acompanhado de um capitalismo domesticado, um Estado regulador e uma sociedade participativa.

As iniciativas locais de desenvolvimento devem observar os seguintes itens:

2. Renovação: serviços públicos devem ser abrangentes para a redução do desemprego; integração da prefeitura com os demais níveis da administração pública; as propostas e iniciativas devem surgir de baixo para cima; a infra-estrutura deve ser modernizada; o município deve dispor de instrumentos flexíveis para apoiar novos empreendimentos; constante qualificação e reciclagem da mão-de-obra são fundamentais.
3. Equidade: parcelas marginalizadas da população devem ter acesso a programas públicos de formação e capacitação; facilitar e apoiar a integração da pessoa no mercado de trabalho; possibilidade de contratos temporários de prestação de serviços para reduzir o período de inatividade de pessoas desempregadas.
4. Mobilização: trabalhar de forma integrada; criar espaços de debates; participação do cidadão.
5. Sustentabilidade: planejamento de projetos a longo prazo; maximizar os potenciais e recursos locais; estabelecer a consciência ecológica do cidadão; a participação de todos na discussão e análise das soluções.

No entanto, os projetos e políticas adotadas para gerar o desenvolvimento local, encontram uma série de empecilhos à participação. Brose (1999) enfoca que a participação não é um presente, e comenta várias restrições:

- a) Geográficas: distância que impossibilita ou dificulta relação dos agricultores com organizações comunitárias, meios de transportes e comunicações e a participação dos produtores nas reuniões; Recursos naturais limitados exigem maior tempo para a realização do trabalho o que dificulta a participação e a organização da comunidade; dados incompletos pela falta de informações detalhadas sobre as condições da população, dificultando a alocação de recursos públicos; precariedade das prefeituras no meio rural, pois há um descaso com o rural, que sofre com a ausência de recursos e com soluções imediatistas; acesso à informação; existe uma grande disparidade entre o meio urbano e rural para acessar informações, dificultando às populações mais distantes e pobres a disponibilidade de informação;

- b) Acesso a recursos: ausência de renda, ou baixa renda, o que dificulta os pequenos agricultores a participar e melhorar as condições de acesso a novos créditos; falta de controle sobre os recursos pois, as pessoas pobres não têm liberdade de ação, limitando sua organização, vivendo a margem dos processos econômicos e mercados; baixo nível educacional reforça o isolamento das pessoas, dificultando o acesso e a gestão de organizações populares; habilidades limitadas dificultando a participação em organizações públicas, projetos e iniciativas comunitárias; limitação de tempo devido a uma carga de trabalho diário no meio rural, principalmente das mulheres, resultam na ausência de participação;
- c) Sociopolíticas: a migração nas áreas rurais faz com que o rural perca pessoas capacitadas e habilidades para gerar renda, provocando o surgimento de um ambiente empobrecido; pouca transparência do governo e de seus projetos torna difícil a participação e intervenção da sociedade civil. O autoritarismo é um obstáculo ao desenvolvimento, impedindo que as pessoas participem dos processos decisórios; estratificação social; as divisões na comunidade podem resultar em conflitos internos à comunidade a partir do momento em que se conseguir um recurso financeiro.
- d) Atitudes pessoais: relações de dependências reduzem o espaço de ação das pessoas, uma vez que, pensam que a participação é um presente e não um direito; comportamento intimidatório pois, muitas pessoas pobres não questionam o comportamento, as decisões, privilégios e tratamentos, achando que a situação atual é imutável; custo da mudança em que as pessoas preferem esperar acontecer do que ir a luta.

Neste sentido, a agricultura deve ser tratada de forma especial por ser, o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Um pequeno incentivo à agricultura resulta em novas dinâmicas para outros setores econômicos. Assim, é fundamental que toda e qualquer iniciativa, política ou programa para o desenvolvimento local, trate a atividade agrícola, especialmente o setor da pequena produção de modo diferenciado. (DESER, 1997, p. 8)

Portanto, os projetos e políticas de desenvolvimento local devem observar: a qualidade de vida - ter um projeto para a agricultura familiar, visando a melhoria do

bem estar dos produtores; a articulação do projeto com toda a sociedade; ser um projeto em construção; organizar a produção nas comunidades rurais (associativismo, cooperativas); não pode ser nem excludente nem seletivo; observar as questões de gênero, sociais e culturais; redirecionamento do modelo tecnológico para uma produção coletiva do conhecimento; criar uma assistência técnica, voltada para qualificação e diferenciação da produção; geração de emprego e ocupação para manter a população no campo.

O desenvolvimento local é uma das soluções para amenizar os problemas enfrentados pela pequena produção familiar, porém é necessário pensar e elaborar políticas que envolvam o agricultor excluído, fazendo com que este se reproduza social e economicamente.

Políticas Públicas: "o pilar" das soluções

É importante elaborar políticas voltadas para a pequena produção. É, igualmente importante, não considerar como políticas públicas para o fomento da pequena produção familiar, a ampliação da aposentadoria rural, assentamentos de reforma agrária sem o devido acompanhamento e programas de renda mínima. Estes são muito mais iniciativas/programas para erradicar a pobreza do que promover o desenvolvimento e a reprodução dos pequenos agricultores e que, em alguns momentos, tem provocado um impacto negativo neste setor.

Todavia, existem alguns exemplos de iniciativas políticas dentre elas pode-se citar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)⁴ e mais recentemente a municipalização que se desmembra em outras "micro-políticas" a nível local. São exemplos das micro-políticas: a assistência técnica e extensão rural, iniciativas de crédito, de fortalecimento do associativismo e cooperativismo, de educação rural, fundiária, de saúde, de assistência social e de abastecimento.

⁴ O PRONAF foi instituído em 1994 para o fortalecimento da pequena produção rural, possuindo duas frentes: o crédito e a infra-estrutura e serviços municipais. O Banco do Brasil é o agente financiador de créditos e a Caixa Econômica Federal de infra-estrutura. Os recursos são oriundos de três fontes: O Banco Central do Brasil, Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) e o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO).

Desta forma, o município pode adotar políticas de alcance restrito segundo sua realidade. DESER (1997) indica algumas políticas ou programas para gerar desenvolvimento para a pequena produção familiar. A saber: políticas de assistência técnica e extensão rural; pesquisa agropecuária a partir de parcerias com ONG's e instituições de ensino; políticas de crédito por meio de cooperativas, substituindo o Banco do Brasil; programas especiais de manejo e conservação dos recursos naturais; regularização de títulos fundiários e fundos de terras e crédito fundiário; política específica de educação rural; política de saúde para atender a zona rural e os pequenos municípios; política de assistência social aos agricultores, amenizando os problemas da pequena produção; política de abastecimento onde o poder público compra parte dos produtos utilizada na merenda escolar, dos pequenos produtores; fortalecimento do associativismo, do cooperativismo e da agroindústria familiar;

No entanto,

os princípios básicos que orientam as administrações municipais ainda hoje são fortemente influenciados por uma lógica clientelista e altamente subordinada aos interesses das oligarquias locais. O papel dos governos municipais era extremamente limitado, restringindo suas responsabilidades pelas pequenas obras de infra-estrutura, conservação de ruas e estradas, praças, etc, ou de políticas assistencialistas. (DESER, 1997, p. 3)

Desta forma, a municipalização como política para pequena agricultura tem como princípio superar as dificuldades locais de discussão e clientelismo. Depois é necessário possibilitar a participação dos envolvidos no processo, buscando superar e adequar as decisões à realidade local.

O Associativismo e agroindústria familiar como perspectivas para a pequena produção familiar

Talvez sejam as duas perspectivas mais palpáveis para amenizar a curto prazo os problemas do pequeno produtor, pois são complementares e dependem muito mais da força da união do que da ajuda externa, embora esta seja importante.

O associativismo é o caminho mais viável a curto prazo para os pequenos produtores, pois com ele há o fortalecimento para competir no mercado e conseguir financiamentos. O grande empecilho para isto está na desconfiança da maioria dos

agricultores, mediante o quadro de golpes e falências de várias cooperativas que lesam o pequeno produtor.

Após esta etapa é possível pensar na criação de uma agroindústria familiar, objetivando agregar valor ao produto e aumentar a renda dos agricultores. E, concomitantemente, evitar a perniciosa integração ou relação com a agroindústria comercial e com os atravessadores que ficam com grande parte do lucro do pequeno produtor. Nesta perspectiva, a criação de agroindústrias familiares contribuiu para evitar esse quadro e melhorar a qualidade de vida dos pequenos agricultores.

Portanto, mais uma vez, é essencial o incentivo do poder público, ONG's e assistências técnicas de universidades e órgãos como a EMATER, EMBRAPA e outros, visando qualificar e possibilitar às pequenas agroindústrias acesso a tecnologias e conhecimentos técnicos para tornar o seu produto comercializável, sem riscos à saúde e acréscido de valor. E também, facilidades, dentro das normas legais para licenciar os seus produtos junto ao Ministério da Agricultura, Secretarias Estaduais e outras instâncias competentes para fiscalizar empresas produtoras de alimentos.

Considerações finais

Silva Neto, Lima e Basso (1997) salientam que para compreender o desenvolvimento da agricultura brasileira, em toda sua complexidade e com uma visão mais social é importante adotar a "teoria dos sistemas agrários" que estudam a origem e as transformações das sociedades agrárias, a partir da acumulação de trabalhos sobre os processos de evolução histórica e diferenciação geográfica da agricultura.

Dentro desta visão metodológica é possível entender o quadro atual da pequena produção familiar, o qual é refletido em vários problemas a serem superados, uma vez que esta camada da agricultura é, extremamente, importante para minimizar as desigualdades sociais, aumentar os índices de emprego, produção de alimentos para a população urbana, ampliar a base econômica do país e distribuir a renda nacional.

Dentre os problemas, a questão da terra é o mais visível e debatido na mídia. No entanto, deve-se salientar que outros prejudicam a pequena produção em igual ou maior intensidade, tais como as políticas agrícolas desfavoráveis e a desqualificação da mão-de-obra.

As alternativas para amenizar essa problemática são variadas:

- a) uma reforma agrária voltada para distribuição de terras e para manutenção dos assentamentos já existentes, os inserido como elementos do sistema produtivo nacional, objetivando a segurança alimentar da população;
- b) a criação de um capital social local capaz de assegurar a sustentabilidade e a reprodução da pequena produção a partir de suas potencialidades sociais e de recursos naturais existentes;
- c) a geração de desenvolvimento local pautado no setor agrícola, especialmente na agricultura familiar, que é responsável pela geração de emprego, renda e conseqüentemente, para cidades menores, de serviços e comércio urbano.
- d) políticas direcionadas para a pequena produção, elaboradas a partir da participação dos interessados e voltadas para um desenvolvimento local.
- e) e, ainda, solução mais palpável é o associativismo que visa ampliar a renda e assegurar a manutenção da pequena produção familiar como forma de reprodução social e econômica.

Essas alternativas só poderão ter sucesso se pensadas, discutidas e executadas a partir da participação dos vários agentes da pequena produção familiar, principalmente o agricultor. Deve-se ter como meta a reprodução da pequena produção familiar, bem como a ampliação da produção de alimentos para população urbana.

Mas, algumas questões nos inquietam. Até que ponto a municipalização clientelista pode ser alterada e concebida com a participação dos interessados, nos conselhos municipais? Como a pequena produção familiar irá se portar após sua inserção no mercado? Como podemos aplicar essas alternativas às várias diversidades regionais brasileiras? Se nenhuma destas alternativas for efetivada, será que o país terá segurança no abastecimento de alimentos?

Em relação à pequena produção familiar é possível que se o Estado não adotar políticas e iniciativas para sua manutenção, pois corremos o risco de ter que importar alimentos, uma vez que cerca de 80% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos pela agricultura familiar.

Enfim, resolver os problemas da pequena produção familiar, não é somente uma questão social e política, mas sim econômica, de sobrevivência e diminuição das desigualdades sociais existentes no país e segurança alimentar e soberania nacional. E,

também, uma ação para proteger saberes locais e a biodiversidade, uma vez que dentro da pequena produção existem inúmeros atores com grande importância no conjunto de conhecimentos e saberes que são específicos de cada lugar.

Referência Bibliográfica

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, Campinas (SP), v.4, n. 2, abr/jun. 2000.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, J. Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 149-175

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 48-78

DESER - DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. **Agricultura e Desenvolvimento familiar e desenvolvimento local: municipalização e diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**. Curitiba (PR): Deser, 1997.

MESQUITA, O. V. e SILVA, S. T. **Uma visão geográfica do Brasil nos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. p. 87-125

MIORIM, Vera Maria Favila. **Agricultura familiar e sustentabilidade agrícola**. Santa Maria (RS), [199-]. (digitado).

_____. **Resgatando a reforma agrária na perspectiva da produção familiar agrícola**. Santa Maria (RS), [199-]. (digitado)

_____. **O novo papel do Estado**. Santa Maria (RS), [199-]. (digitado)

_____. **A reorganização competitiva da produção familiar**. Santa Maria(RS), [199-]. (digitado)

_____. **Estudo em área de agricultura familiar: considerações de um estudo de caso**. Santa Maria (RS), [199-]. (digitado)

REVISTA REFORMA AGRÁRIA. Campinas (SP): Associação Brasileira e Reforma Agrária, v. 25, n. 2 e 3, maio/dez. 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p.124

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. p.88

SILVA NETO, Benedito, LIMA, Arlindo J. P de e BASSO, David. Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n. 1, p. 6-19, jan/fev. 1993.

SOUZA, Renato Santos de. Agricultura e questão agrária nos anos 90. **Extensão Rural**, Santa Maria (RS), v.1, n. 1, p.54-76, jan/fev. 1993.

TEDESCO, J. Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____(org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 73-148

VIEIRA, Luis Fernando. **Agricultura e Agroindústria familiar**. Santa Maria (RS), 1997. (não publicado)

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. Carlos (org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55

Recebido para publicação em abril de 2011

Aprovado para publicação em maio de 2011